

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO EM LETRAS – PORTUGUÊS**

GRASIELA GALVÃO PIRES DE CARVALHO

**O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA INDÍGENAS NO
RIO GRANDE DO SUL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NAS
TRIBOS KAINGANG E GUARANI.**

**Jaguarão/Polo Esteio
2021**

GRASIELA GALVÃO PIRES DE CARVALHO

**O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA INDÍGENAS NO
RIO GRANDE DO SUL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NAS
TRIBOS KAINGANG E GUARANI.**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado ao curso de Letras –
Português da Universidade Federal do
Pampa/Universidade Aberta do Brasil
como requisito parcial para obtenção do
título de licenciada em Letras –
Português.

Orientadora: Prof^a. M^a. Graciela Palacios

**Jaguarão/Polo Esteio
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C331e Carvalho, Grasiela Galvão Pires de
O ensino de português como língua adicional para indígenas
no Rio Grande do Sul: uma revisão bibliográfica com foco nas
tribos Kaingang e Guarani. / Grasiela Galvão Pires de Carvalho.
23 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS, 2021.
"Orientação: Graciela Palacios".

1. Educação indígena. 2. Bilíngue. 3. Língua materna. 4.
Língua adicional. I. Título.

GRASIELA GALVÃO PIRES DE CARVALHO

**O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA INDÍGENAS NO
RIO GRANDE DO SUL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NAS
TRIBOS KAINGANG E GUARANI.**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura em Letras Português UAB da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Letras.

Trabalho defendido e aprovado em: 14 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

Prof^a Ma. Graciela Palacios

Orientadora

(Rede Estadual-RS)

Prof^a Ma. Gisele Lángaro Soares

(Unipampa/MPEL)

Profª Ma. Marília Santos de Quadros Araújo
(Rede Municipal de Bagé)



Assinado eletronicamente por **Graciela Gomes Palacios, Usuário Externo**, em 23/12/2021, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com às normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Gisele Lângaro Soares, Usuário Externo**, em 28/12/2021, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com às normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Marília Santos de Quadros Araújo, Usuário Externo**, em 30/12/2021, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0695903** e o código CRC **56C94B09**.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
2.1 Falando um pouco da lei: Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.....	09
2.2 Mas quem são os profissionais envolvidos no ensino da língua portuguesa? E que dificuldades encontram?.....	10
2.3 A educação escolar indígena sob um olhar indígena.....	14
2.4 Educação bilíngue.....	16
3 METODOLOGIA.....	18
4 RESULTADOS.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	22

O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO SUL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NAS TRIBOS KAINGANG E GUARANI.

Grasiela Galvão Pires de Carvalho¹

RESUMO:

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica que tem como objetivo conhecer sobre a educação escolar indígena no Rio Grande do Sul, mais precisamente, saber como acontece o ensino de português como língua adicional para falante de línguas maternas indígenas. O caminho percorrido passa pelas principais leis sobre o assunto, o que pensam os indígenas sobre o ensino e aprendizagem em suas escolas, como acontece a aceitação do português como língua adicional, como acontece a educação bilíngue nas escolas indígena e qual é a importância deste aprendizado para o desenvolvimento das comunidades e conseqüentemente do nosso país. Nos resultados apresentamos uma discussão com os principais autores citados na pesquisa e ao finalizar trazemos nas considerações as lacunas que os cursos de letras apresentam ao abordarem pouco ou quase nada sobre a educação e o ensino bilíngue aos indígenas, sendo este um assunto muito importante para a reflexão dos graduandos.

Palavras-chave: Educação indígena. Bilíngue. Língua materna. Língua adicional.

ABSTRACT:

This paper is the result of a qualitative and bibliographic research which aims to learn about indigenous school education in Rio Grande do Sul, more precisely, to know how the teaching of Portuguese as an additional language for speakers of indigenous mother tongues happens. The path followed goes through the main laws on the subject, what the indigenous people think about teaching and learning in their schools, how the acceptance of Portuguese as an additional language happens, how bilingual education happens in indigenous schools, and what the importance of this learning is for the development of the communities and, consequently, of our country. In the results, we present a discussion with the main authors cited in the research and, at the end, we bring in the considerations the gaps that the courses of literature present by addressing little or almost nothing about education and bilingual education to indigenous people, being this a very important subject for the reflection of the undergraduates.

Keywords: Indigenous education. Bilingual. Mother tongue. Additional language.

¹Acadêmica do curso de Letras – Português, da Universidade Federal do Pampa/Universidade Aberta do Brasil, Polo Esteio. Email institucional: grasielacarvalho.aluno@unipampa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como finalidade investigar como acontece o ensino nas comunidades indígenas no Rio Grande do Sul, mais precisamente saber como é apresentada a língua portuguesa para os estudantes e como é a aceitação e o aprendizado. Buscamos informações sobre as tribos Guarani e Kaingang, decidimos relatar com mais precisão o que acontece na tribo Kaingang por encontrarmos um amplo material com informações e sobre a tribo Guarani, iremos relatar conforme os poucos relatos encontrados. A importância da pesquisa está na oferta da educação de qualidade para todos, a qual deve ter o objetivo de diminuir as diferenças sociais no País. É de grande valia para o professor conhecer e saber sempre mais sobre o ensino, para melhorar o processo, incentivando a aprendizagem sobre diferentes culturas e diversidades, respeitando o que está no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNE/Indígena) que diz:

Em atendimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece enfaticamente a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito à diversidade cultural e à língua materna, e pela interculturalidade, o MEC, objetiva, com este material, auxiliá-lo no seu trabalho educativo diário junto às comunidades indígenas. (BRASIL, 1998, p. 5)

A pesquisa também objetiva apresentar o que dizem as leis sobre o ensino do português para indígenas, sendo que é fundamental respeitar a sua língua materna. Diante disto, esta pesquisa busca responder o questionamento: “Como acontece o ensino de Língua Portuguesa, e como é a aceitação e o aprendizado nas comunidades indígenas no Rio Grande do Sul?”

Através da pesquisa qualitativa será realizada uma revisão bibliográfica de textos de alguns autores que escreveram sobre a temática da pesquisa e das leis sobre “O ensino da língua portuguesa para indígenas”. A pesquisa qualitativa consistirá em uma reflexão que visa responder a questão de pesquisa e atingir os objetivos deste estudo, a partir da pesquisa bibliográfica em artigos, entrevistas e textos expostos na web com a finalidade de coleta, interpretação e subsídio à análise dos dados pela pesquisadora, tendo em vista um melhor entendimento sobre a temática que é muito importante para a educação em nosso País. A curiosidade

sobre esta temática surgiu de sempre ao ir no centro da minha cidade perceber algumas pessoas Indígenas comercializando seus produtos, pois é comum a prática de comercialização do que produzem, e saber o que está sendo feito para que as culturas indígenas, suas línguas maternas e o seu modo de aprendizagem sejam valorizados e respeitados é a principal motivação pessoal para a realização da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Falando um pouco da lei: Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RNCE/Indígena)

Este material apresentado pelo MEC em 1998 tem função informativa e traz a ideia que os professores podem e devem acrescentar outras formas de trabalho que deram certo no dia a dia, qualificando assim o trabalho no todo. Neste documento, encontramos orientações sobre o ensino de língua portuguesa para indígenas, valorizando o seu modo de vida e a sua língua materna como diz: “A linguagem é, quase sempre, o meio mais importante através do qual os povos constroem, modificam e transmitem suas culturas.” (BRASIL, 1998, p. 113), pensando sempre no respeito à diversidade linguística sem que consideremos uma língua superior a outra.

A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira. (BRASIL, 1998, p.118)

Considerando o ensino do português para indígenas, segundo o mesmo documento, eles eram alfabetizados em português ao iniciar na escola, mas ao perceberem as dificuldades encontradas, foi repensado o ensino e a alfabetização passou a ser feita na língua materna. Todos os outros componentes do currículo

(Geografia, História etc...) devem ser ensinados em sua língua para uma melhor compreensão, como expõe o professor Xavante Porfirio Babati:

... que a nossa língua materna seja considerada a autoridade máxima, como uma disciplina principal. E que a língua portuguesa seja a segunda língua. Isso de acordo com as diferentes etnias, mas sempre valorizando o que é de origem. (BRASIL, 1998, p. 119)

Conforme o RNCE/Indígena, o português ensinado nas escolas indígenas é o conhecido como “variedade-padrão” pois é através dele que os textos formais são escritos, assim todos os estudantes devem conhecer, mas podem e devem se expressar na variedade local do português e na sua língua indígena. Na escola indígena, um dos papéis do professor é ampliar o uso do vocabulário do português do aluno para diferentes situações cotidianas e este também deve ser capaz de compartilhar o que tem aprendido na escola em língua portuguesa, além de fazê-lo em sua língua de origem. No ensino do português para indígenas, prevalece o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita, tanto do português quanto da sua língua, respeitando, no caso da língua de origem, o que as comunidades permitem que seja escrito ou não, como mitos, lendas etc... O RNCE/Indígena sugere os seguintes conteúdos para o ensino da Língua Portuguesa e Indígena: “Prática e Desenvolvimento da oralidade, Leitura e produção textual, Análise linguística e sociolinguística.”

A importância de o indígena saber falar português está em participar da sociedade e do país em que vive, poder opinar nas criações de leis fazendo parte da democracia; valorizando sua cultura como diz o RCNE/Indígena:

“O conhecimento da língua portuguesa permite que as populações indígenas conheçam o funcionamento da sociedade envolvente e, ainda, que elas tenham acesso a informações e tecnologias variadas”. (BRASIL, 1998, p. 121)

2.2 Mas quem são os profissionais envolvidos no ensino da língua portuguesa? E que dificuldades encontram?

A resolução CEB Nº 3, de 10 de novembro de 1999 fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e indica que os profissionais

envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa sejam pessoas que saibam falar o idioma da comunidade, preferencialmente indígenas, conhecedores de sua própria cultura, garantindo assim a continuidade das tradições, como vimos: “Art. 8º A atividade docente na escola indígena será exercida prioritariamente por professores indígenas oriundos da respectiva etnia” (BRASIL, 1999, p. 2). Com este objetivo, o MEC oferece formação acadêmica para indígenas que desejam trabalhar como professores nas comunidades, o “PROLIND” (Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas), que capacita para o ensino na educação básica. Na RCNE/Indígena podemos, além de compreender sobre como deve acontecer o ensino, ter conhecimento de depoimentos de professores indígenas falando de sua experiência na docência e o que eles desejam que os alunos aprendam ao estarem envolvidos pelo conteúdo, como vemos no depoimento da professora Kaingang Maria Inês de Freitas:

Os alunos precisam aprender a contar histórias e mitos de sua cultura, a pesquisar e registrar usos e costumes de cada grupo indígena e a divulgar os conhecimentos adquiridos através dessas pesquisas. Desse modo, eles estarão valorizando a língua e a cultura indígena. É importante, também, que os alunos consigam expressar-se oralmente nas diferentes situações da vida e que aprendam a ler e a interpretar situações da realidade com argumentação coerente e convincente. Além disso, nossos alunos precisam aprender a escrever textos bem estruturados, com coerência de ideias e uso de palavras adequadas. (BRASIL, 1998, p.152).

Falando das dificuldades encontradas, elas vão desde pouca formação para o ensino, por falta de profissionais capacitados nas universidades que possam trabalhar o conteúdo necessário para a educação indígena, até a falta de lugar apropriado para os alunos aprenderem. Num trecho do RCNE/Indígena constatamos parte desta realidade:

Outro problema, em muitas situações, é a ausência de especialistas com experiência na formação de professores para o campo da educação escolar indígena. A falta de cursos em nível universitário, que contemplem esta área de conhecimento, agrava a situação. Por outro lado, grande parte dos cursos oferecidos pelos estados e municípios não se baseiam em diagnósticos educacionais feitos em diálogo com as comunidades e com seus professores e não oferecem uma abordagem consistente para a questão da interculturalidade e da diversidade linguística. (BRASIL, 1998, p.42)

Ainda sobre as dificuldades, mais precisamente das tribos Guarani e Kaingang, sabemos, a partir do relato de Bergamaschi e Medeiros (2010, p. 6), que no ano de 2010, no Morro do Osso, em Porto Alegre, no RS, existia uma escola indígena ainda não regularizada pela Secretaria da Educação, a escola Topê Pãn, onde apenas um professor lecionava para todos, era uma escola multisseriada e o idioma principal durante as aulas era o indígena, como orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, no art. 32, § 3º. Abaixo, podemos conhecer as dificuldades que encontravam:

A escola que funciona na aldeia desde 2006 foi criada e é gerida pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, embora ainda não autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, pelo fato de não possuir estrutura física adequada, como cozinha, banheiro e biblioteca, equipamentos que, segundo lideranças da aldeia, deverão ser construídos após a regularização da terra. Por enquanto, ela se mantém vinculada a uma escola estadual não indígena situada nas adjacências, e que, por estar geograficamente fora do Morro do Osso, é referida pelos Kaingang como a "escola lá de baixo". Ela faz os registros formais da escola, recebe e repassa a merenda e o material escolar, informa a Secretaria de Educação sobre os horários de trabalho do professor e, sobretudo, é a escola que recebe a maioria dos alunos Kaingang depois de concluírem o quarto ano do ensino fundamental na escola da aldeia. (BERGAMASCHI E MEDEIROS, 2010, p.6)

Segundo a Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, conforme reportagem de SANDER (2020), nosso estado conta atualmente com noventa escolas indígenas, onde existem mais de sete mil estudantes Kaingang e Guarani. E no Brasil, no ano de dois mil e dezessete, eram três mil e oitenta e cinco escolas, segundo informações do site do MEC.

Pensando no ensino e aprendizagem do português por indígenas, percebemos que eles aprendem o português como qualquer falante de uma língua quando decide aprender um novo idioma. Encontramos na escrita de LIMA (2012 p. 5) o registro de dificuldades apenas sobre falta de concordância verbal e nominal relacionadas à escrita em Língua Portuguesa; as crianças quando entram na escola priorizam sua língua de origem e, após alfabetizadas, aprendem também o português sem maiores dificuldades; e as escolas indígenas, em sua maioria, têm como característica ser bilíngues, qualificando e valorizando também a língua materna dos alunos. Podemos perceber que o idioma português é bem aceito

atualmente pela comunidade indígena, pois querem e precisam participar deste país, conhecer as leis e regimentos dos quais fazem parte e, principalmente, saber como lutar pelos seus direitos da forma correta.

Sobre a alfabetização Indígena, tem sido muito difícil conquistar um espaço de participação em nosso país, sem sair de suas comunidades em busca de aprendizagem, como nos contam Ferraro e Schäfer no livro RS Índio:

Assim, a escola torna-se uma necessidade, uma imposição, para os indígenas, mas sem garantia de que se tenha transformado de instrumento de dominação em meio de emancipação; sem garantia de que possa ser outra coisa que não um mero passaporte para a cidade, um meio de sangria das aldeias indígenas. (FERRARO E SCHÄFER, 2009, p.74)

Em um relato mais positivo, encontramos nas falas de Bergamaschi e Dias (2009, p.92) uma esperança indígena quando mencionam a escola:

Percebe-se também que a escola indígena vem se constituindo em um canal de diálogo com o mundo não indígena, ao sistematizar conhecimentos acerca das sociedades ocidentais. Também é reconhecida como uma estratégia de afirmação étnica e de contato com os conhecimentos e saberes do mundo não indígena. Uma “ferramenta de luta”, como costumam dizer as lideranças indígenas, pois, sem abrir mão dos saberes tradicionais que são a base da educação das aldeias, a escola possibilita o acesso a conhecimentos que tornam a sociedade não indígena mais compreensível, como a escrita, a leitura, o sistema monetário, a língua portuguesa, possibilitando também um relacionamento mais equilibrado. (BERGAMASCHI E DIAS, 2009, p.92)

E ainda sobre a escola e o aprender português, os mesmos autores afirmam em sua pesquisa terem ouvido nas falas dos índios:

É frequente essa fala entre as lideranças: querem aprender o Português para defenderem seus direitos, para lutarem por suas terras, além disso, o Português é a língua de comunicação entre diferentes etnias. Guarani e Kaingang, quando se encontram, conversam em Português. (BERGAMASCHI E DIAS, 2009, p.100)

O relato acima nos mostra que há muita aceitação com relação a aprender o português nas comunidades indígenas, em sua maioria eles percebem o quanto podem desenvolver-se e fazer parte do país que vivem, sem ter que deixar sua cultura, seus costumes e principalmente sua língua, mas lutando para que os não

índios tenham interesse em saber e conhecer seu modo de vida, suas tradições e crenças, valorizando e afirmando suas identidades, pois como sabemos os indígenas fazem parte do nosso país e é uma população que não pode ser esquecida e deve ser valorizada.

2.3 A educação escolar indígena sob um olhar indígena

Conforme dados encontrados no site: "Toda matéria", a tribo Guarani, no Brasil, está situada nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Tocantins, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. São conhecidos como coletores e caçadores e têm em sua crença serem criados por Tupã para apreciar a terra pela palavra; seu idioma pertence ao tronco linguístico tupi-guarani; entre seus costumes está a música, que é muito utilizada para influenciar a natureza, como crêem estes indígenas; e gostam de migrar para outra terra para renovação do solo. Já a tribo kaingang, conforme registros do site: "Povos indígenas no Brasil", está situada nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; seu idioma pertence à família linguística macro-jê e é um povo muito interessado em valorizar e cultivar o uso de sua língua materna.

Para as comunidades indígenas, a aprendizagem está no que é passado de pai para filho, que envolve todo conhecimento que vem sendo comunicado desde gerações anteriores, o qual é muito valorizado e transmitido de forma verbal. Nesta aprendizagem estão envolvidos os valores de identidade, conhecer e viver na natureza e outras habilidades. Quando um indígena Kaingang aceita ser alfabetizado, ele valoriza ainda mais a sua cultura e reconhece poder passar para a sociedade não indígena o conhecimento que possui, trazendo assim mais igualdade entre as pessoas de diferentes culturas, como podemos perceber na fala de Claudino (2010, p. 35-36):

A formação kaingang é constituída com base em dois campos principais: o primeiro tem um suporte mais marcado nos valores, na identidade e no próprio convívio com a natureza. No segundo campo, a formação ocorre por meio de um ensino que requer uma mediação mais verbal, específico e direcionado ao aprendiz, isto é, um desenvolvimento de habilidades que estão ligados ao mundo dos ancestrais. E quando aceitam aprender, a ler e escrever encaram a alfabetização como quem compra um peixe, um peixe que tem

espinha. Tiram as espinhas e escolhem o que há de melhor e aproveitam o aprendizado para conhecer melhor as suas potencialidades e também conhecer o outro. Aproveitam melhor o novo saber. Quando assumem o papel de leitor e escritor encaram o nível de competição que está há séculos na frente de sua sociedade, ao descobrir os protagonistas que foram no passado. Aí se vê a necessidade de estar conectado com o mundo de outros saberes, para pôr em pé de igualdade na escrita e na leitura o conhecimento indígena com a sociedade não indígena. (CLAUDINO, 2010, p. 35-36)

Os professores indígenas da tribo Kaingang pensam em oferecer um ensino de qualidade, em que seus costumes e sua cultura sejam praticados, respeitados e preservados, seguindo o seu modo de ensino e aprendizagem verbal em que o conhecimento é transmitido pelos mais velhos através do contar histórias, como vemos:

A educação, a escola pensada pelos professores kaingang se caracteriza pelos processos tradicionais de aprendizagem e aquisição dos saberes peculiares, mostrando este conhecimento que se dá através da transmissão oral, no dia-a-dia nas suas comunidades e nos rituais, nos mitos contados pelos mais velhos e pelo Kujá. A escola frente a estas ênfases tem realizado um trabalho permanente de divulgação da arte e da cultura indígena kaingang, contribuindo para dar visibilidade, mas, ao mesmo tempo, preservando a tradição e a diversidade do saber tradicional. Assim a escola indígena é classificada pelos seus docentes como veículo de afirmação, mas ao mesmo tempo restrito a outros olhares. Assim, a idéia é preservar o conhecimento e a história original de seu povo. (CLAUDINO, 2010, p. 55, 56)

Ainda sobre o ensino, o mesmo autor afirma que o povo luta por uma proposta de educação escolar específica:

O povo kaingang tem, ao longo da história do Rio Grande do Sul, experimentado uma política de estratégia para garantir sua história, seus costumes, suas tradições, suas maneiras próprias de aprendizagem, sua cosmovisão e para assegurar que estas diferenças sejam respeitadas lutam pela proposta da educação escolar específica, diferenciada e de qualidade. (CLAUDINO, 2010, p. 59)

Não esquecendo a inserção de seu idioma na educação escolar, o professor indígena lembra que na comunidade, o indígena é o idioma oficial e que a diversidade linguística é muito importante na aprendizagem dos alunos:

A diversidade linguística está diretamente ligada à questão da educação tradicional kaingang, pois o idioma indígena é falado no contexto diário das aldeias, e o anseio do professor bilíngue hoje é ver a língua indígena no processo educacional atual visando manter um equilíbrio, para que a língua oficial do país não seja imposta, mas também haja espaço para o ensino da língua tradicional, de modo que esta não se perca. Daí a importância do professor bilíngue mesclar os dois conhecimentos: o ocidental científico e o tradicional kaingang. (CLAUDINO, 2010, p. 60)

Para o mesmo autor, capacitar o professor indígena com formação acadêmica é o caminho para melhorar o ensino nas escolas indígenas, o que fará com que seus conhecimentos indígenas sejam ensinados juntamente com outros conhecimentos tradicionais das escolas não indígenas, valorizando assim os dois tipos de conhecimento, como podemos perceber no trecho abaixo:

É preciso que o professor indígena interaja com a sociedade acadêmica, e que tenha acesso ao manancial de conhecimentos disponíveis aos professores não indígenas, que estes saberes ou esses instrumentos que busca conhecer possam lhe permitir melhorar a qualidade do ensino em língua portuguesa e com isso compor os dois conhecimentos, o saber tradicional kaingang e a dita sabedoria ocidental “conhecimento científico”. É preciso disponibilizar para o professor bilíngue esse conhecimento, que é essencial para sua qualificação. E, sobretudo, dar-lhe a chance de qualificação profissional e enriquecimento intelectual, para que ele próprio, junto com seu povo, encontre a saída de suas dificuldades para o mundo escolarizado. (CLAUDINO, 2010, p. 61)

2.4 Educação bilíngue

Entendemos o ensino bilíngue como a inserção de um novo idioma na educação do aluno proficiente em sua língua materna, definimos esta aprendizagem como educação bilíngue. E a língua adicional caracteriza-se por ser uma outra língua além daquela que o indivíduo já sabe, como nos mostra (Leffa e Irala, 2014, p. 33): “A língua adicional é construída a partir da língua ou das línguas que o aluno já conhece”. Então falando de educação indígena bilíngue, podemos dizer que ela vem sendo a cada ano trabalhado nas escolas indígenas com o objetivo de que sua cultura e a sua língua materna andem juntas na aprendizagem dos alunos.

O ensino e aprendizagem se caracterizam bilíngue nas escolas indígenas por utilizarem a sua língua materna e o português como língua adicional. A

aprendizagem do português está relacionado em ampliar o desenvolvimentos das aldeias, melhorando o contato com a sociedade não indígena que os envolve, e a falta desta aprendizagem pode excluí-los da sociedade como nos mostra Leffa e Irala (2014, p. 29 e 35): “Negar ao aluno o acesso a outras línguas é também uma maneira de excluí-lo.” E ainda:

Negar ao aluno o acesso a uma língua adicional não é apenas uma maneira de excluí-lo, com prejuízo para o exercício de sua cidadania; é também uma maneira de retardar o desenvolvimento de um país no mundo contemporâneo. (LEFFA E IRALA, 2014, p. 35)

Para a educação indígena é necessário a aprendizagem do português como língua adicional para melhorar as relações com os não indígenas que fazem parte da sociedade em que vivem, onde trabalhar, comercializar, e defender seus direitos será facilitado através deste conhecimento, levando em conta que toda a sociedade envolvente comunica-se em língua portuguesa, que é o nosso caso aqui no Rio Grande do Sul.

Quando no ensino regular não indígena o aluno começa a aprender outro idioma, seja inglês, espanhol ou outro, ele acrescenta conhecimentos, mas a não aprendizagem destas línguas não influencia diretamente no seu modo de vida em seu país, mas na questão da educação indígena, permanecer apenas com sua língua materna, não sendo ela o português, mas uma língua indígena, ocasionará muitas dificuldades para a vida deste indivíduo, dificuldades que já abordamos anteriormente e podemos perceber em destaque também no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas:

As relações socioeconômicas têm revelado aos grupos indígenas a necessidade de aprender a língua majoritária do país. Tornou-se necessário saber essa língua para compreender as normas do mercado de consumo, as relações de trabalho, as regras de escoamento de produção e as negociações de forma geral, diminuindo, dessa maneira, o desequilíbrio que se verifica, nessas situações, pelo pouco domínio da língua oficial. (BRASIL, 1998, p. 121)

E ainda:

Resumindo, a língua portuguesa pode ser, para os povos indígenas, um instrumento de defesa de seus direitos legais, econômicos e políticos; um meio para ampliar o seu conhecimento e o da

humanidade; um recurso para serem reconhecidos e respeitados, nacional e internacionalmente, em suas diversidades, e um canal importante para se relacionarem entre si e para firmarem posições políticas comuns. (BRASIL, 1998, p. 123)

Diante disto, então, a educação escolar indígena tem iniciado o ensino em alfabetização na língua materna da pessoa indígena, e posteriormente é acrescentado o português como língua adicional na continuação de sua formação escolar como podemos ver no caso dos Kaingang na fala de Luchetta e Piovezana (2011, p.384):

A maioria das crianças indígenas aprendeu a língua materna junto com seus familiares e quando atingem a idade escolar são alfabetizados em Kaingang, sendo que aprendem a valorização dos costumes, das comidas típicas, das crenças e tradição que são passados de pai para filho e que vêm de várias gerações. (LUCHETTA e PIOVEZANA, 2011, P. 384)

A educação escolar indígena deve ser prioritariamente bilíngue, para “proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências” como nos orienta a Lei de Diretrizes da Educação Nacional em seu Art.78º.

3 METODOLOGIA

O método utilizado para realização do projeto é o da pesquisa qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica das obras de alguns autores e das leis sobre o assunto “O ensino da língua portuguesa para indígenas”, coleta de dados e análise destes pela pesquisadora..

Conforme apresenta Gerhardt (2009, p.33):” A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

Concordando também com Silveira e Córdova (2009, p.33): “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Consiste em uma reflexão exploratória que visa responder os principais

questionamentos, conforme Gil (2002, p.41): "Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses."

Nesta pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica a partir da leitura de artigos, entrevistas e textos na web, sendo que estas informações foram utilizadas para a interpretação dos dados com qualidade, como orientado por Lakatos (1992, p.224): "A finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos." com a finalidade de recolhimento de dados para um melhor entendimento.

4 RESULTADOS

A análise deste trabalho propõe destacar as principais falas dos autores abordados na pesquisa com o intuito de apresentar resultados relevantes a questão que conduziu a pesquisa até aqui: O ensino de português como língua adicional para indígenas no Rio Grande do Sul: uma revisão bibliográfica com foco nas tribos Kaingang e Guarani.

Ao analisar as falas de (FERRARO E SCHÄFER, 2009, p.74) percebemos que os mesmos têm visto a escola para indígenas como uma obrigação sem garantia de preservação de seus costumes e culturas o que acaba os afastando de suas aldeias para a cidade.

Contrariamente encontramos em (BERGAMASCHI E DIAS, 2009, p.92) a positividade de uma escola indígena que traz o conhecimento dos não indígenas para acrescentar em suas "ferramentas de lutas" e a língua portuguesa é o principal conhecimento transmitido dos não indígenas para os indígenas.

Outro autor que trazemos para esta discussão é (CLAUDINO, 2010, p. 35, 36) que tratando-se da aprendizagem da formação do professor de português como língua adicional, percebe que a educação para indígenas oferecida por não indígenas deve respeitar os valores culturais cultivados pelos mesmos, segundo este autor o ensino indígena segue valores de identidade, convívio com a natureza e

o conhecimento que é transmitido através das gerações, onde o ensino acontece através da oralidade e os professores indígenas percebem a necessidade de seguir os modos de ensino e aprendizagem indígena também com referência à língua adicional.

Os autores nos chamam a atenção para a necessidade de a escola indígena manter a língua materna no ensino, construindo assim uma escola bilíngue onde as línguas possam andar juntas e com o mesmo valor e ainda acrescenta ser necessário oportunizar aos professores indígenas acesso facilitado às universidades, aprimorando seus conhecimentos e proporcionando suas autonomias juntamente com seu povo para as decisões escolares indígenas.

Ao analisar as colocações dos autores em suas escritas percebemos a real necessidade de investimento em leis que favoreçam a educação escolar indígena, a valorização da língua materna indígena, e o ensino bilíngue nas comunidades sem que sua cultura deixe de ser valorizada e cultivada. Percebemos ser necessário capacitar o professor indígena, promovendo o acesso facilitado para a sua formação, caminho este que vem acontecendo a passos muitos pequenos com as mudanças em nossas leis.

É notório que somente através da formação ideal para o professor indígena a escola poderá se tornar bilíngue mais facilmente, quanto ao ensino do português como língua adicional, ele vem acontecendo nas escolas indígenas mesmo com toda dificuldade que encontram como vimos nos depoimentos apresentados no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação indígena escolar a língua materna juntamente com a língua adicional no ensino tem sido implementada em nosso país, mesmo com toda dificuldade que encontram. Percebemos que é um caminho difícil e longo que vem sendo percorrido, receber o ensino bilíngue nas escolas das comunidades indígenas não é apenas aceitar uma nova língua pelo falante de sua língua materna indígena, é também ter o direito de cultivar sua cultura e formas de ensino e aprendizagem,

quando a língua adicional começa a ser aprendida o respeito a forma de educar praticado pela comunidade não pode ser ignorado, forçar o indivíduo a mudar seus costumes não é o caminho certo a percorrer, diante dessas considerações podemos dizer que o português como língua adicional nas comunidades indígenas passam por leis e planejamentos que priorizam o respeito às diferenças, cultivo e permanências das culturas indígenas, não esquecendo que pertencemos todos a este país.

Quando olhamos para o modelo de professor ideal para o ensino bilíngue nas comunidades indígenas sabemos que os caminhos para sua formação vem sendo facilitado pelas leis do país, mas não deixa de ser um caminho difícil de percorrer e ao observar o andamento educacional do país sabemos que a escola indígena bilíngue e intercultural encontra-se ainda em processo de implementação.

E o que podemos ressaltar também, é a falta de componentes na graduação dos cursos de Letras que abordam sobre o assunto pesquisado até aqui, acrescentando na formação discente do graduando conhecimentos sobre: Como acontece a educação escolar indígena? Se é possível lecionar nas escolas indígenas sem ser indígena? Quem são os profissionais que trabalham nas escolas indígenas? Qual a formação do professor indígena? E como acontece o ensino do Português para indígena? Estas e outras questões são lacunas da graduação que poderiam ser ofertadas nos componentes, acrescentando o conhecimento e aprimorando o ensino.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. MEDEIROS, Juliana. **Memória e tradição na educação escolar indígena**: o caso de uma escola Kaingang. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181804>. Acesso em: 30 maio. 2021, 12:52:30.

BERGAMASCHI, Maria. DIAS, Fabiele. **Kãki karan fã : reflexões acerca da educação escolar indígena**. RS Índio. Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BEZERRA, Juliana. **Toda matéria**. Índios Guaranis. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/indios-guarani/#:~:text=No%20Brasil%2C%20os%20guaranis%20vivem,Par%C3%A1%2C%20Santa%20Catarina%20e%20Tocantins>. Acesso em: 14 de jun. 2021, 20:49

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 de Jun. 2021.

BRASIL. **Resolução CEB Nº 3, de 10 de novembro de 1999**. Fixa diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília: CEB/CNE, 1999.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CLAUDINO, Zaqueu. **Educação indígena em diálogo**. Educação Escolar Indígena: Um Sonho Possível? Pelotas, RS. Ed. UFPEL, 2010.

EDUCAÇÃO INDÍGENA. Construção emergencial de 50 escolas conta com apoio do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimasnoticias/206-1084311476/45091-construcao-emergencial-de-50-escolas-conta-com-apoio-do-mec>. Acesso em: 05 maio de 2021.

FERRARO, Alceu. SCHÄFER, Abraão. **Analfabetismo indígena segundo o Censo 2000: Brasil e Rio Grande do Sul**. RS Índio. Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GASPARINI, Nathalia. **Experiência Docente no Curso de Leitura e Escrita para Estudantes Indígenas Universitários**: diálogos entre educação linguística, agência de letramento e educação indígena. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed -São Paulo: Atlas, 2003.

LEFFA, Vilson; IRALA, Valesca. **O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade**: questões conceituais e metodológicas. 2014.

LIMA, Moama. **Ensino de português como segunda língua em comunidades indígenas kaingang** - RS. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_237.df. Acesso em: 30 maio. 2021, 13:34:57.

LUCHETTA, Fernando. PIOVEZANA, Leonel. **Educação Indígena e os Processos de Ensino-Aprendizagem Escolar**. Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano-14 - n. 27 vol. 02 - jul./dez. 2011

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, Kaingang. Disponível em : <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang#L.C3.ADngua> Acesso em: 14 de jun, 2021, 21:33

SANDER, Isabella. Rede Estadual de Ensino garante acesso de comunidades indígenas às Aulas Programadas. Reportagem. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/rede-estadual-de-ensino-garante-acesso-de-comunidades-indigenas-as-aulas-programadas#:~:text=Ao%20todo%2C%20no%20Rio%20Grande,Miss%C3%B5es%2C%20Tr%C3%AAs%20Passos%20e%20Gravata%C3%AD>. Acesso em: 05 maio de 2021.

SILVA, Gilberto; PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos. **RS Índio**. Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SILVEIRA, Denise. CÓRDOVA, Fernanda. **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.